



## Universidades Lusíada

Raposo, Rúben José de Almeida Martins, 1952-

### A pesca em Portugal

<http://hdl.handle.net/11067/7800>

<https://doi.org/10.34628/R3CH-7K69>

#### Metadados

##### Data de Publicação

2024

##### Resumo

Portugal apresenta uma vasta Zona Económica Exclusiva, embora a sua plataforma continental limite o acesso a recursos piscícolas. A redução progressiva das capturas é evidente, com destaque para espécies como cavala, sardinha, carapau, atum e polvo no Continente, enquanto nos arquipélagos sobressaem os tunídeos, peixe-espada preto e carapau. A aquacultura, apesar de representar apenas cerca de 11% das descargas de pescado, registou um crescimento de 89% na última década, sendo dominada pela pro...

Portugal has a vast Exclusive Economic Zone, although its continental shelf limits access to fishery resources. There has been a progressive reduction in catches, with key species including mackerel, sardines, horse mackerel, tuna, and octopus on the mainland, while tuna, black scabbardfish, and horse mackerel dominate in the archipelagos. Aquaculture, despite accounting for only about 11% of fish landings, has grown by 89% over the past decade, with production focused on bivalves, fish, and al...

##### Editor

Universidade Lusíada Editora

##### Palavras Chave

Pesca - Portugal

##### Tipo

article

##### Revisão de Pares

Não

##### Coleções

[ULL-FCEE] LEE, n. 36-37 (2024)

Esta página foi gerada automaticamente em 2025-05-10T17:58:26Z com informação proveniente do Repositório

# A PESCA EM PORTUGAL

## FISHING IN PORTUGAL

**Rúben Raposo**

Professor na Universidade Lusíada de Lisboa

rubenraposo@yahoo.com

Orcid: 0000-0002-3729-7800

DOI: <https://doi.org/10.34628/R3CH-7K69>

Data de submissão / Submission date: 08/01/2025

Data de aprovação / Acceptance date: 10/01/2025



**Resumo:** Portugal apresenta uma vasta Zona Económica Exclusiva, embora a sua plataforma continental limite o acesso a recursos piscícolas. A redução progressiva das capturas é evidente, com destaque para espécies como cavala, sardinha, carapau, atum e polvo no Continente, enquanto nos arquipélagos sobressaem os tunídeos, peixe-espada preto e carapau.

A aquacultura, apesar de representar apenas cerca de 11% das descargas de pescado, registou um crescimento de 89% na última década, sendo dominada pela produção de bivalves, peixes e algas. Em contraste, a frota pesqueira portuguesa enfrenta desafios devido à sua dimensão reduzida e envelhecimento, dificultando a rentabilidade perante recursos escassos e custos elevados.

Portugal destaca-se pelo elevado consumo de pescado per capita na União Europeia e a nível global, mas regista um défice estrutural no comércio externo devido à redução contínua das capturas e à procura interna crescente. O sector das pescas contribui marginalmente para o PIB (0,1%) e o emprego (0,3%), concentrando-se sobretudo em comunidades costeiras, como no Algarve e Açores, que dependem fortemente da actividade.

Por fim, a indústria de transformação, composta por pequenas e médias empresas, tem nas conservas em lata um dos seus principais produtos e conta com uma predominância de mão-de-obra feminina.

**Palavras-chave:** Pesca; Aquacultura; Consumo de pescado; Frota pesqueira; Comércio externo; Conservas.

**Abstract:** Portugal has a vast Exclusive Economic Zone, although its continental shelf limits access to fishery resources. There has been a progressive reduction in catches, with key species including mackerel, sardines, horse mackerel, tuna, and octopus on the mainland, while tuna, black scabbardfish, and horse mackerel dominate in the archipelagos.

Aquaculture, despite accounting for only about 11% of fish landings, has grown by 89% over the past decade, with production focused on bivalves, fish, and algae. Conversely, the Portuguese fishing fleet faces challenges due to its small size and aging vessels, making profitability difficult amidst scarce resources and high fuel costs.

Portugal stands out for its high per capita fish consumption in the European Union and globally but records a structural trade deficit due to the continued decline in catches and increasing domestic demand. The fisheries sector contributes marginally to GDP (0.1%) and employment (0.3%), with activity concentrated in

coastal communities, such as in the Algarve and Azores, which rely heavily on it.

Finally, the processing industry, composed of small and medium-sized enterprises, focuses largely on canned goods and employs a predominantly female workforce.

**Keywords:** Fisheries; Aquaculture; Fish consumption; Fishing fleet; Foreign trade; Canned goods.

## Introdução

Portugal dispõe de uma grande Zona Económica Exclusiva, apesar da pequena dimensão da sua plataforma continental limitar o acesso aos recursos piscícolas. Tem vindo a verificar-se uma redução progressiva das capturas.

As capturas do Continente concentram-se em cinco espécies: cavala (maioritária), sardinha, carapau, atum e polvo.

Na Madeira, as principais capturas são de tunídeos, peixe-espada preto e, em menor escala, carapau.

Nos Açores, os grandes pelágios (tunídeos e peixe-espada), o carapau e o congro destacam-se pela importância que revestem.

A produção da aquacultura é ainda modesta. Significa cerca de 11% das descargas de pescado (fresco, refrigerado e congelado). Nos últimos dez anos, no período de 2013 a 2022 registou-se um acréscimo notável. Teve um aumento de 89%. A produção da aquacultura concentra-se em três espécies: bivalves, peixes e algas.

A frota de pesca portuguesa conta com cerca de 6 856 embarcações registadas nos portos em 2013 (menos 1 376 do que dez anos antes). É composta principalmente por embarcações de pequena dimensão e idade avançada. A maior parte da frota é envelhecida e tem dificuldades em rentabilizar a actividade num contexto de recursos escassos e combustível a preço elevado.

Portugal regista o consumo de pescado por habitante mais elevado da União Europeia. Em termos mundiais, Portugal é o terceiro consumidor mundial, *per capita*, de peixe.<sup>1</sup> Apresenta um défice estrutural no comércio externo de produtos da pesca porque a procura interna não consegue ser satisfeita pela produção.

Este desequilíbrio estrutural é corolário de uma grande procura e da constante redução das capturas.

A contribuição directa das pescas para o PIB é relativamente pequena, rondando cerca de 0,1%. A pesca gera um pouco mais de 14 000 empregos, mas este número tem vindo a diminuir progressivamente desde o início da década de 90. Actualmente, o sector da pesca representa cerca de 0,3% do emprego total.

A actividade da pesca está concentrada em pequenas comunidades costeiras, onde constitui um factor sócio-económico de grande importância. Das trinta regiões mais dependentes da pesca na União Europeia, duas (Algarve e Açores) situam-se em Portugal. Manteve-se.

---

<sup>1</sup> A Islândia e a Noruega são, respectivamente, o primeiro e o segundo consumidores mundiais.

A maior parte da indústria de transformação portuguesa de produtos haliêuticos é constituída por pequenas e médias empresas que empregam principalmente mão-de-obra feminina. As conservas em lata representam uma percentagem importante do total dos produtos transformados em Portugal.

## Produção

A produção portuguesa é insuficiente para satisfazer uma procura muito elevada. As capturas têm vindo a diminuir progressivamente e a produção da aquacultura tem crescido, mas ainda não é suficiente para suprir todas as necessidades.

As capturas concentram-se num número restrito de espécies. Uma boa parte das capturas das duas principais espécies (sardinha e cavala) destina-se ao fabrico de conservas.

### 2.1. Capturas

#### 2.1.1. Tanto mar para tão pouco peixe

O litoral português estende-se ao longo de 1 793 quilómetros, 667km nos Açores e 250km na Madeira.

O território Continental situa-se numa zona de transição para ecossistemas mais quentes.

A Costa Ocidental caracteriza-se pela existência de fenómenos sazonais e afloramentos costeiros (“*up-welling*”)<sup>2</sup>.

A Sul, o Golfo de Cádiz constitui uma fronteira natural entre o Atlântico e o Mediterrâneo e entre a Península Ibérica e a Costa Africana.

A Costa Algarvia sofre a influência das águas do Mediterrâneo, factor que determina a diversidade da espécie e a abundância de pequenos pelágios (sardinha e carapau).

Tanto nos arquipélagos dos Açores e da Madeira, como nas águas peninsulares, Portugal tem um grande número de montanhas submarinas, algumas das quais se elevam a partir dos 4 000 metros de profundidade.

Estas formações geológicas albergam uma grande diversidade biológica;

Portugal, através do DL 33/77, estabeleceu a sua ZEE (Zona Económica Exclusiva).

### A sua ZEE divide-se em três áreas:

**Portugal Continental: 322 000 km<sup>2</sup>**

Açores: 1 060 000 km<sup>2</sup>;

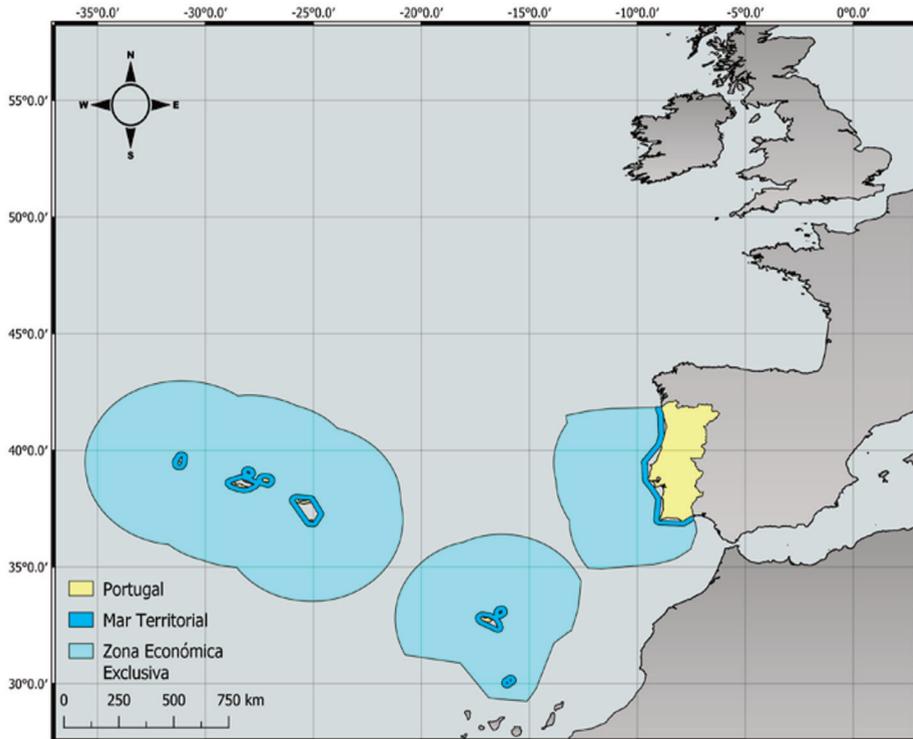
Madeira: 454 500 km<sup>2</sup>;

---

<sup>2</sup> O “*up-welling*” é um fenómeno associado aos ventos do Norte e Noroeste. Permite arrefecer as águas da costa portuguesa continental, mesmo quando a temperatura à superfície do Atlântico sobe 3 ou 4 graus.

A ZEE Portuguesa representa quase 50% da área de todas as ZEE's da União Europeia.

**Figura 1:** Costa continental portuguesa e o seu mar territorial (mancha azul) que se estende até às 12 milhas náuticas (22 quilómetros), a partir do litoral.



**Fonte:** “Vulnerabilidade da Pesca em Portugal ao Impacto das Mudanças Climáticas”; pág. 7; 2023.

O mar português é extenso, variado e pouco abundante.

É extenso (mais de um milhão de quilómetros quadrados), mas a maioria da pesca acontece em menos de 10% da área.

É variado. A frota de pesca portuguesa descarrega 360 espécies diferentes de pescado. Mas os peixes que mais contribuem para os desembarques (73%) são poucos.

São eles: a sardinha, o carapau, a cavala, a pescada, o polvo, a faneca, o verdinho e a sarda.

É pouco abundante porque é muito profundo. O mar português é muito profundo, mais do que o mar do Norte, o que dificulta a prática do arrasto de fundo e limita a utilização das artes da pesca pela frota artesanal.

As artes de pesca mais utilizadas não permitem apanhar peixes em grandes profundidades. Os que aí vivem, têm menos valor comercial.

Dito de outro modo, a plataforma continental geológica é exígua e constata-se a descontinuidade de bancos de pesca verificada em ambas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

Importa também referir o contributo do relatório do projecto “*Vulnerabilidade da Pesca em Portugal ao Impacto das Mudanças Climáticas*” da Universidade do Algarve. Este estudo foi dirigido pelo Professor Francisco Leitão. Nele se refere que “*as mudanças nas condições do habitat marinho vão levar os peixes a adaptarem-se, deslocando-se para áreas com condições mais favoráveis à sobrevivência, mais para o norte, afastando-se dos pesqueiros tradicionais e afectando a quantidade e a composição das capturas*”<sup>3</sup>.

O relatório estima uma perda de 3% nas capturas até 2050.

Uma segunda razão que também explica o montante modesto das capturas é a desadequação da capacidade da frota face às oportunidades de pesca, em alguns segmentos.

Com efeito, a zona mais produtiva é junto à costa onde se concentra a frota de pesca polivalente e onde existe a influência do “*up-welling*”.

A maior parte dos barcos de pesca portugueses são barcos de pesca costeira e artesanal. Não navegam para além das 12 milhas. Tanto pescam carapau como apanham polvo. Portugal não esgota a quota de carapau, porque não tem frota, nem mercado que justifique esse objectivo.

### 2.1.2. Ascensão e quebra

A época de ouro das pescas portuguesas acontece nos anos 60. As capturas chegavam a 350 mil toneladas e a sardinha representava 60% das pescas sem controlo dos stocks existentes. As pescas vão sofrer uma redução gradual até ao meio da década de 80.

Após 1986, a redução das capturas foi mais intensa. Uma primeira quebra que vai ocorrer no período de 1986 a 1996.

Uma segunda quebra, mais suave, corresponde aos anos que vão de 1996 a 2002, estabilizando nas 200 mil toneladas capturadas.

A primeira redução (1965/1986) encontra a explicação no fim das pescas em águas externas ou longínquas, sobretudo na tradicional pesca do bacalhau.

Nos anos 60, a pesca do bacalhau não tinha constrangimentos determinados pelos Estados ribeirinhos. Na década seguinte (dez anos antes do País entrar na CEE/ União Europeia), o Direito Marítimo Internacional sofreu uma revolução jurídica.

A generalidade dos Estados costeiros estabeleceu Zonas Económicas Exclusivas de 200 milhas, nacionalizando a maior parte dos recursos piscícolas a nível mundial.

A segunda redução, registada no período 1986/1996 tem a ver com a entrada de Portugal na União Europeia e as medidas de ajustamento estrutural regressivas acordadas com Bruxelas e aplicadas pelos Governos de Cavaco Silva.

---

<sup>3</sup> Leitão, F.; Pinto, M.; Albo-Puigserver, M.; Teodósio, A.; 2023: “Vulnerabilidade da Pesca em Portugal ao Impacto das Mudanças Climáticas”, Centro de Ciências do Mar, Universidade do Algarve, Faro.

Embora Portugal tivesse estabelecido a sua ZEE, não conseguiu evitar ficar dependente das crescentes limitações de pesca nas águas colocadas sob jurisdição de outros Estados.

O problema estrutural das pescas portuguesas reside na indisponibilidade de recursos (más condições de acesso), quer nas águas costeiras nacionais (que passaram a ser comunitárias), quer nas águas externas.

### 2.1.3. Os principais pólos das indústrias da pesca

Portugal detém 27 portos de pesca principais e um elevado número de pequenos portos com vocação pesqueira, dos quais 16 no território continental, 2 na Região Autónoma da Madeira (Funchal e Porto Santo) e 9 na Região Autónoma dos Açores (um em cada ilha do arquipélago).

Nas últimas décadas têm-se realizado investimentos visando a modernização dos principais portos de pesca. Contudo, ainda há limitações.

Desde logo, a falta de equipamentos de movimentação e de condições de atracção para embarcações de pesca. Insuficientes condições higieno-sanitárias e da cadeia de frio que limitam a produtividade e a qualidade operacional e funcional.

Em termos de localização da actividade da pesca, aquacultura e indústrias transformadoras do pescado, destacam-se seis pólos no País, associados aos principais portos de pesca:

- **O Pólo Matosinhos/Póvoa do Varzim:** é hoje, o pólo mais importante em termos de quantidades pescadas, maioritariamente dominadas pela sardinha e pelas conservas de peixe;

- **O Pólo Aveiro/Figueira da Foz:** Aveiro é a sede da pesca longínqua de Portugal. É também local de indústrias de seca e congelação de bacalhau importado. Em Aveiro, localizam-se outras actividades de pesca (capturas de carapau, cavala e faneca).

Na Figueira da Foz, destacam-se a pesca da sardinha e de moluscos, bem como fábricas de conservas.

Este pólo é também um grande produtor de aquacultura:

- **O Pólo Peniche/Nazaré:** em Peniche, está localizado o segundo mais importante pólo exportador de conservas de sardinha. Também nesta cidade, existem instalações de congelação do pescado.

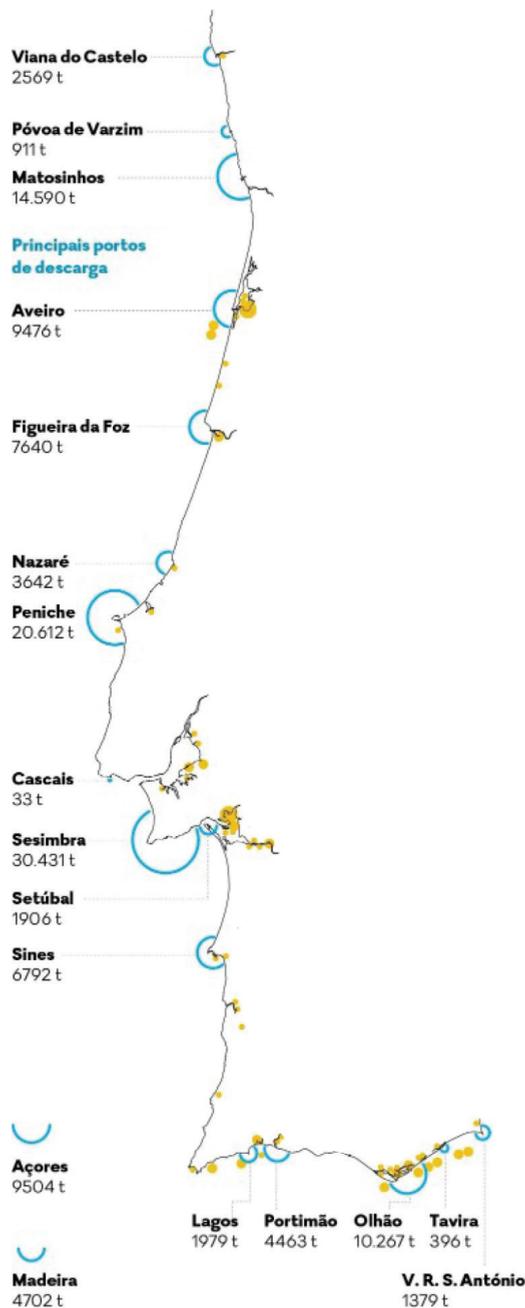
- **O Pólo Sesimbra/Sines:** em Sesimbra predomina a pesca do carapau, cavala, peixe-espada e raias.

Em Sines, destacam-se a sardinha e o verdinho:

- **O Pólo Olhão/Portimão:** em termos de pesca, destacam-se as capturas da cavala, do carapau, da pescada, as maiores capturas no Continente de moluscos (polvos e chocos) e atum;

- **O Pólo Açores:** em que se destaca a pesca do atum.

**Figura 2:** Costa continental portuguesa e seus principais pólos/portos.



Fonte: Jornal Expresso, Ed. 14 de Setembro de 2024.

#### 2.1.4. A produção de pescado no contexto nacional

A produção de pescado em 2023 foi de 171 235 toneladas (ver QUADRO 2), a que correspondeu o valor de 425 milhões de euros (ver QUADRO 3);

As capturas acontecidas no ano de 2023 tiveram um acréscimo de 3,3% em relação à produção verificada no ano anterior.

Contudo, se analisarmos o que aconteceu no decénio 2013/2023, o resultado é negativo.

As capturas nessa década vão decrescer 13%.

Atente-se no QUADRO 2, titulado “Evolução da Produção do Pescado por Águas Nacionais (no caso de 2023, foram 138 322 toneladas) e nas águas externas (no mesmo ano, foram 32 913 toneladas).

Aborde-se agora o tema das Rejeições da Pesca.

Uma parte do peixe capturado pelas artes é devolvido ao mar, não sendo aproveitado, nem reportado.

As espécies rejeitadas ao mar são espécies com interesse comercial, como a cavala, a boga, o carapau, a sardinha, a tainha ou o verdinho<sup>4</sup>.

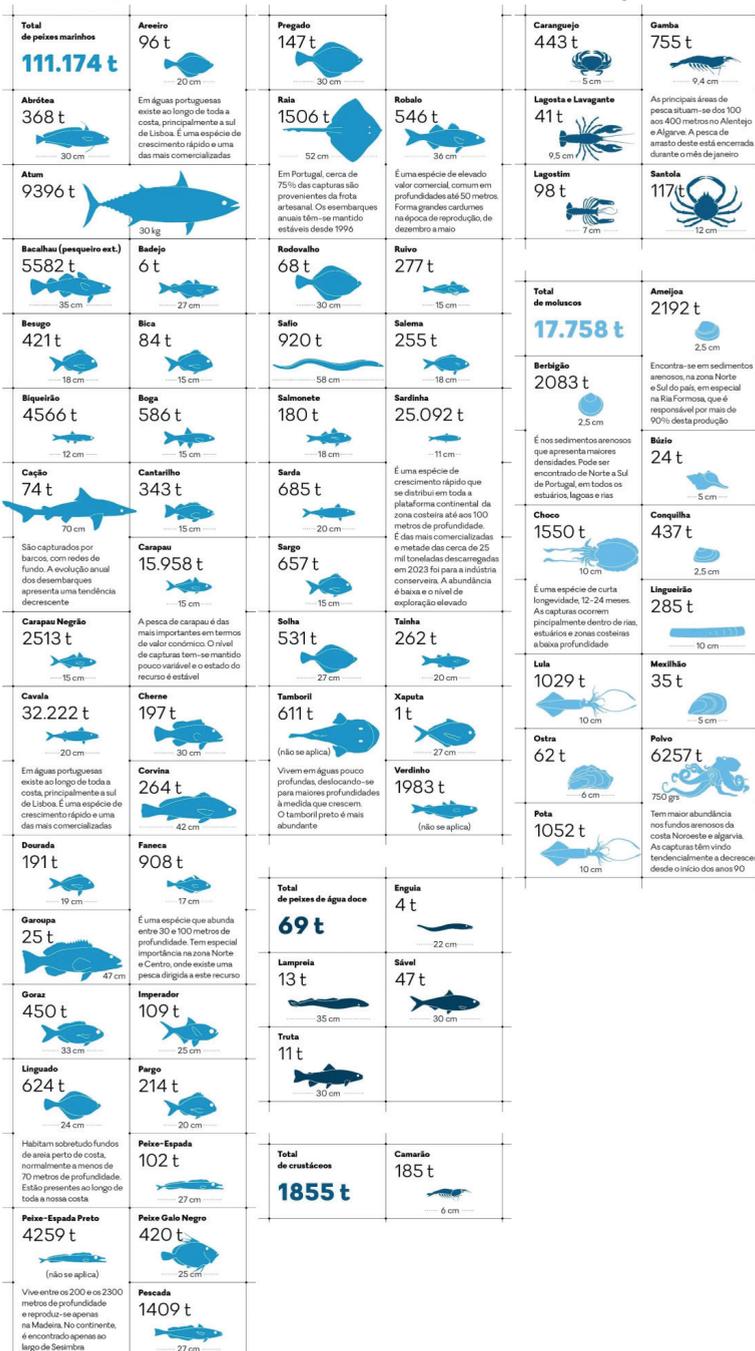
As rejeições representam cerca de 40% do peixe capturado pelas artes de pesca.

As rejeições acontecem por motivos regulatórios (quando se excede a quota ou a espécie tem um tamanho abaixo do fixado) ou por motivos económicos (reduzido valor do peixe capturado).

---

<sup>4</sup> “Vulnerabilidade da Pesca em Portugal ao Impacto das Mudanças Climáticas”.

Figura 3: Capturas de pescado na costa portuguesa



Fonte: Jornal Expresso, Ed. 14 de Setembro de 2024.

## Uma nota final

Para referir que o preço médio do pescado transacionado vale hoje mais 44% do que há uma década (sem ter sido descontada a inflação entretanto ocorrida) (ver QUADRO 4).

O peixe apanhado tem de ser valorizado, bem como o rendimento dos pescadores. De outra forma, o valor criado é apropriado maioritariamente pelos intermediários.

Se não houver valorização do rendimento do pescador, a profissão tenderá a ser rejeitada e as pescas não serão sustentáveis.

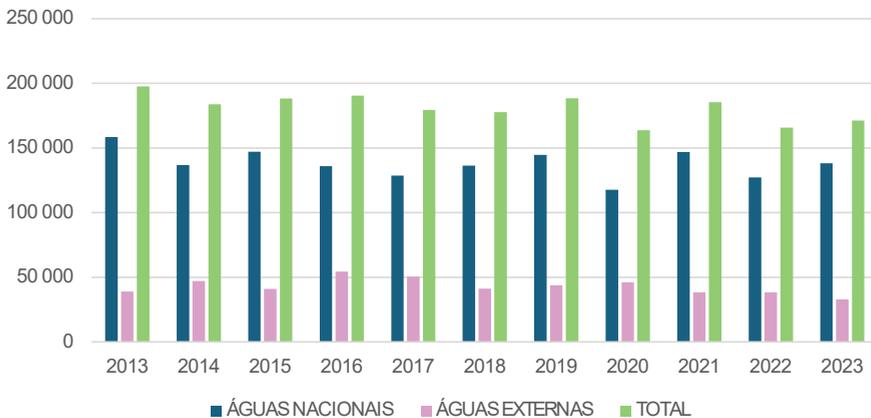
**Quadro 1:** Evolução da produção do pescado por águas nacionais e águas externas.

**Unidade:** Toneladas

PESCADO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
ÁGUAS NACIONAIS	158 464	136 752	147 190	136 043	128 780	136 441	144 696	117 795	147 018	127 356	138 322
ÁGUAS EXTERNAS	39 119	47 110	41 164	54 551	50 658	41 244	43 841	46 042	38 399	38 445	32 913
<b>TOTAL</b>	<b>197 583</b>	<b>183 861</b>	<b>188 359</b>	<b>190 594</b>	<b>179 437</b>	<b>177 685</b>	<b>188 537</b>	<b>163 837</b>	<b>185 417</b>	<b>165 801</b>	<b>171 235</b>

Fonte: INE / DGRM

**Figura 4:** Evolução da produção do pescado por águas nacionais e águas externas (em toneladas)



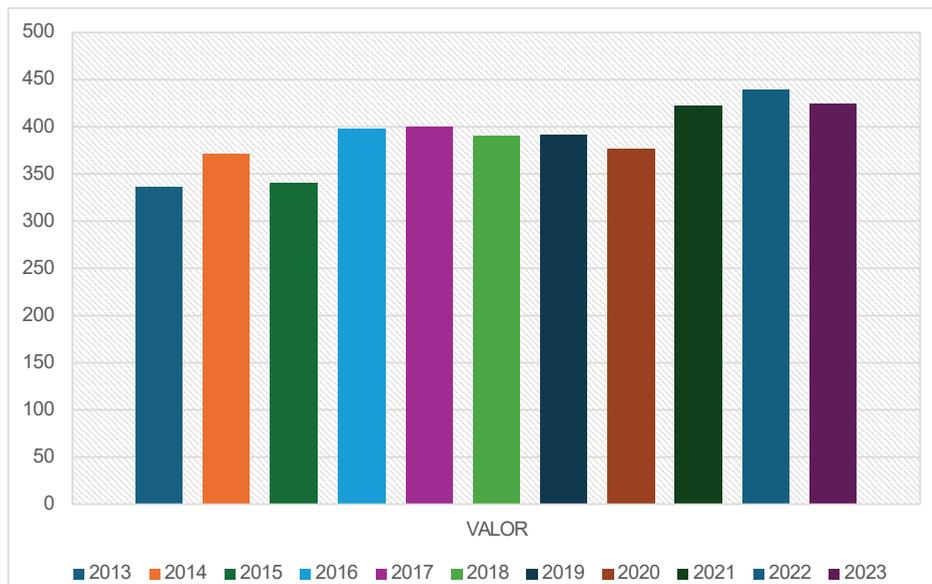
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

**Quadro 2: Valor da pesca descarregada<sup>5</sup>**  
**Unidade: Milhões de Euros**

ANO	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
VALOR	336	371	341	398	400	391	392	377	423	439	425

Fonte: INE / DGRM.

**Figura 5: Valor da pesca descarregada (em milhões de euros)**



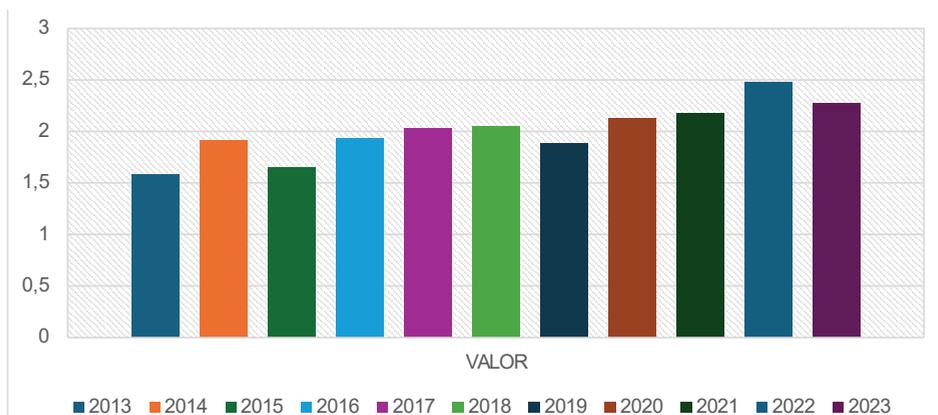
Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

**Quadro 3: Preço médio do pescado continente**  
**Unidade: Euro/Kg**

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
VALOR	1,58	1,91	1,65	1,93	2,03	2,05	1,88	2,13	2,17	2,48	2,27

Fonte: INE / DGRM.

<sup>5</sup> Valor da descarga de pescado fresco/refrigerado e transformado em portos nacionais.

**Figura 6:** Preço médio do pescado continente (Euro/Kg)

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

### 2.1.5. A produção de pescado no contexto europeu

Portugal é responsável por pouco mais de 3% das capturas totais da U.E.<sup>6</sup>

As embarcações nacionais descarregam em lota, 360 espécies diferentes de pescado. Mas, entre as que mais contribuem para os desembarques (73%), estão a sardinha, o carapau, a cavala, a pescada, o polvo, a faneca, o verdinho e a sarda<sup>7</sup>.

### 2.1.6. Frota da pesca

A frota da pesca portuguesa significa cerca de 10% da frota comunitária<sup>8</sup>, em número de navios.

A arqueação bruta e a potência do motor em KW da frota portuguesa são respectivamente cerca de 6,6% e 6,5% da frota da U.E.

Em finais de 2023, de acordo com o relatório da frota publicado pela DGRH-Direcção Geral dos Recursos Marítimos, a capacidade da frota é de 84901GT (arqueação bruta) e a potência propulsora é de 343,116KW. 9191GT e 51,041K, dizem respeito à Região Autónoma dos Açores; 15,229 KW e 3621GT dizem respeito à Região Autónoma da Madeira. (ver QUADRO 5)

<sup>6</sup> A U.E. é responsável por 5,1% da produção da pesca em todo o mundo. Embora a frota da U.E. opere no mundo inteiro, as capturas são efectuadas sobretudo no Atlântico Nordeste.

<sup>7</sup> As espécies mais pescadas pela frota comunitária são o arenque, a espadilha, o verdinho, a sarda, a sardinha, o carapau, o biqueirão, o atum-albacora.

<sup>8</sup> De acordo com os Dados Estatísticos da Política Comum das Pescas, a frota da Pesca da U.E. contava 74 635 navios com uma arqueação bruta de 1318,368 e uma potência motriz de 5,301,274KW. A idade média da frota é 31,5 anos. Os principais Estados-Membros (sem ter em conta o Reino Unido) pescadores em termos de volume são a Dinamarca, a Espanha, os Países Baixos e a França. Representam, em conjunto, 58% do total das capturas da U.E.

Na mesma data, estavam registadas 6859 embarcações, menos 757 que em 2022. Verificou-se uma contracção de cerca de 10%.

Se compararmos o número de embarcações no período 2013/2023, a redução é mais significativa.

Em 2013, o número de embarcações era de 8 232.

Dez anos mais tarde, a contracção registada era maior, cerca de 17%.

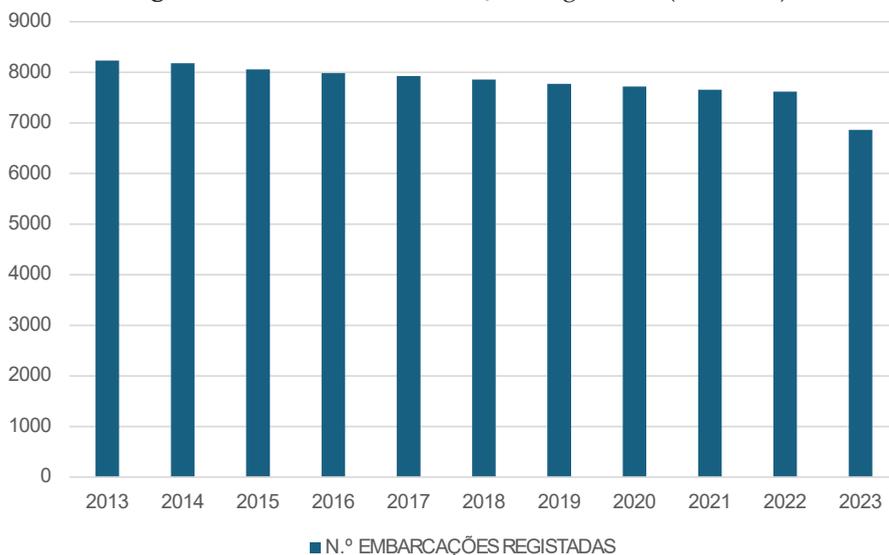
A frota nacional caracteriza-se por uma prevalência de embarcações da pequena pesca, em que cerca de 90% das unidades registadas têm um comprimento de fora-a-fora inferior a 12 metros e têm uma arqueação bruta reduzida, que no seu conjunto representa apenas cerca de 14% do total nacional.

**Quadro 4:** Evolução do número de embarcações registadas, arqueação bruta e potência motriz

FROTA (Situação em 31 de Dezembro)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>N.º EMBARCAÇÕES REGISTADAS</b>	8232	8 177	8 054	7 980	7 922	7 855	7 768	7 718	7 655	7 616	6 859
<b>ARQUEAÇÃO BRUTA (GT)</b>	99 917	98 770	94 862	93 609	87 752	84 436	87 290	86 457	86 479	86 319	84 901
<b>POTÊNCIA MOTRIZ</b>	366 279	363 422	357 954	355 062	345 665	341 230	345 429	345 249	346 125	347 563	343 116

Fonte: INE / DGRM.

**Figura 7:** Frota n.º de embarcações registadas (em unid.)



Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

A idade média da frota registada ronda os 36 anos e, em termos da frota activa, é de 27 anos.

Em geral, classificamos a frota portuguesa considerando o tipo de artes de pesca em: frota de arrasto, cerco e polivalente (ou pesca artesanal);

### Frota portuguesa

Dadas as espécies disponíveis, a pesca em águas nacionais é exercida por três grandes segmentos da frota portuguesa:

- O **Arrasto**, destinado quer ao peixe (carapau, pescada, verdinho), quer aos crustáceos (camarão, lagostim);
- O **Cerco**, destinado aos pequenos pelágios, como a sardinha e a cavala;
- **Artesanal ou Polivalente**, que abrange um conjunto diversificado de embarcações, artes e pesqueiros, com significado, por exemplo, quanto ao carapau, peixe-espada preto, polvo e berbigão.

**Figura 8:** Exemplos de embarcações-tipo da frota portuguesa



Uma variedade de artes são utilizadas na pesca em Portugal Continental, desde redes de arrasto, redes de cerco, redes de emalhar, aparelhos de anzol (palangres) ou armadilhas.

## Artes de pesca

Figura 9: Tipos de artes de pesca

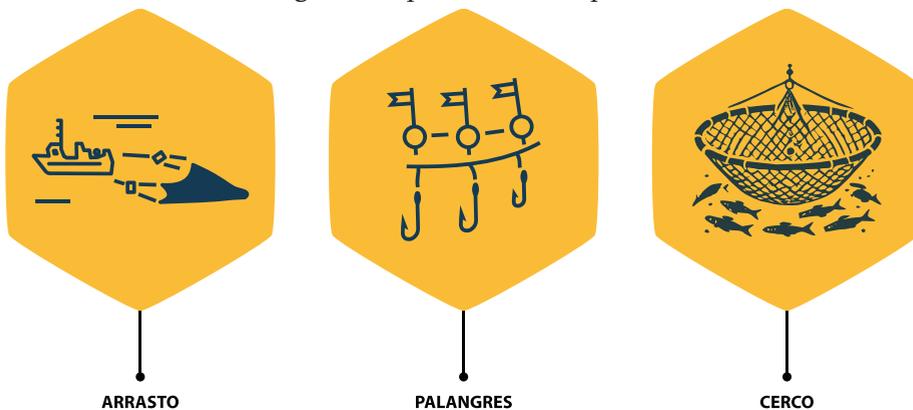
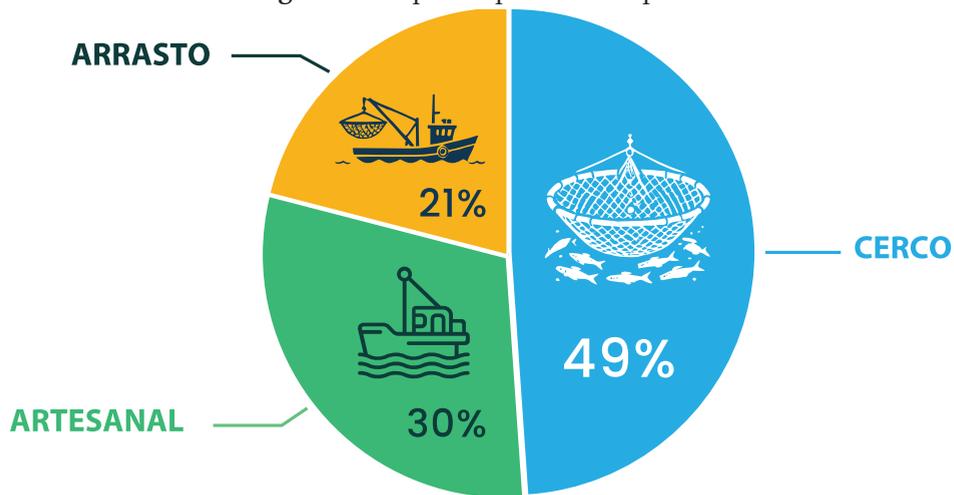


Figura 10: Capturas por artes de pesca



Fonte: “Vulnerabilidade da Pesca em Portugal ao Impacto das Mudanças Climáticas”.

### 2.1.7. A análise swot <sup>9</sup>

#### **Forças**

##### **Pesca**

Portugal dispõe de uma extensa zona costeira com recursos diversificados, de importante valor comercial e cultural.

Organizações de pescadores estruturadas e participantes em processos de co-gestão dos recursos do mar, cuja atuação se afigura essencial para colmatar as dificuldades inerentes ao défice de organização e à reduzida escala dos agentes económicos.

Extensa rede de infraestruturas portuárias de 1.<sup>a</sup> venda que garantem segurança operacional, alimentar, informação estatística e promovem práticas de economia circular e de sustentabilidade nos agentes do setor.

Capacidade de aumentar a qualificação dos profissionais do setor da pesca com os agentes económicos.

##### **Pequena Pesca**

Frota com embarcações de pequena dimensão, artesanal, com pesca potencialmente mais sustentável, por ser mais seletiva e com volume de capturas relativamente pequeno e de elevada qualidade.

##### **Recolha de Dados**

Existência de conhecimento científico acumulado ao longo de décadas de avaliação científica do estado dos mananciais.

##### **Controlo de Pescas**

Grande tradição dos organismos científicos e reguladores na gestão da pesca e capacidade instalada de monitorização e inspeção.

##### **Ambiente Marinho**

Sistema de investigação em interação permanente com o setor pesqueiro e recetivo a co-produção de conhecimento na área do crescimento azul.

##### **Regiões Ultraperiféricas**

A pesca é um factor chave para a economia e para segurança alimentar das RUP, dada a existência de recursos marinhos diversificados. Existem boas infraestruturas de apoio ao setor nas diversas ilhas.

---

<sup>9</sup> Análise SWOT da Pesca e da Pequena Pesca em Portugal, páginas 39 a 43 da Decisão de Execução da Comissão de 26/06/2024 que aprova o Programa “Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquacultura – Programa para Portugal – Mar 2030”.

## **Fraquezas**

### **Pesca**

Portugal, como a Europa, é claramente deficitário na produção de pescado face aos níveis de consumo que apresentam.

Falta de atratividade do setor para os jovens e dificuldade de recrutamento de mão-de-obra pelo que a estrutura etária dos profissionais é envelhecida.

Desadequação da capacidade da frota face às oportunidades de pesca em alguns segmentos. Escassez de sistemas de cogestão.

### **Pequena Pesca**

Elevada idade média da frota e deficientes condições de operacionalidade, em particular na pequena pesca, criando dificuldades estruturais à descarbonização e digitalização do sector.

Reduzida escala e défice de organização dos agentes económicos.

### **Recolha de Dados**

Limitações no sistema de avaliação do estado de espécies menos representadas ou sazonais, em particular na pequena pesca, para as quais os dados disponíveis são necessariamente limitados.

### **Controlo de Pescas**

Insuficiência de meios disponíveis, técnicos e humanos para o desenvolvimento de sistemas mais sofisticados de controlo.

Défice de integração entre medidas que visam garantir o cumprimento da obrigação de desembarque e a eliminação das rejeições.

### **Ambiente Marinho**

Desadequação dos meios de monitorização face à extensão do espaço marítimo sob jurisdição nacional.

### **Regiões Ultraperiféricas**

Maiores custos de produção nos produtos produzidos nas Regiões Autónomas face ao Continente.

Plataforma continental geológica exígua e descontinuidade dos bancos de pesca que se verifica em ambas as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira.

## **Oportunidades**

### **Pesca**

Grande apetência do mercado nacional e europeu para produtos da pesca, com reconhecimento do valor nutricional e valorização dos produtos provenientes de pesca sustentável, incluindo pescas acessórias.

A crescente procura internacional por produtos de pesca de maior valor comercial, os seus potenciais para a exportação da produção nacional confirmam também a necessidade de se continuar a apostar no setor e, em especial, nestes produtos.

Implementação de novos quadros regulatórios associados às transições energética e ambiental que irão contribuir para a modernização e adaptação das estruturas produtivas.

Modernização das instalações portuárias, melhorando a cadeia logística da pesca.

Desenvolvimento de novos produtos do mar, criando novos segmentos de mercado.

Qualificação e modernização do setor decorrente da incorporação generalizada de soluções tecnológicas (e.g. venda online de produto, monitorização de mananciais, eficiência da atividade, produção e gestão de informação, etc.).

### **Pequena Pesca**

Modernização dos circuitos comerciais aproximando produtores dos consumidores.

### **Recolha de Dados**

Reutilização dos dados a recolher por parte das entidades públicas e do setor, gerando capacidade de desenvolvimento da economia azul.

### **Controlo de Pescas**

Existência de novo quadro regulamentar europeu agregador de vários normativos.

### **Ambiente Marinho**

Promoção da utilização sustentável e da valorização económica dos recursos haliêuticos mediante o aprofundamento de iniciativas de cogestão focados em áreas geográficas e pescarias específicas.

### **Regiões Ultraperiféricas**

Aposta na afirmação de RUP enquanto plataformas intercontinentais no domínio do conhecimento oceânico e da pesca.

Capitalização das dinâmicas de valorização e certificação dos produtos da pesca enquanto oportunidade de mitigação dos custos de produção mais elevados, permitindo a entrada em novos mercados.

Diversificação da produção para espécies menos valorizadas atualmente, promovendo a sustentabilidade das pescarias e capitalizando a diversidade existente.

## **Ameaças**

### **Pesca**

Aumento dos custos de exploração, em particular dos combustíveis/energia.  
Competição por ocupação de espaço por parte de outras atividades económicas.

Enquadramento regulatório que pode limitar excessivamente as condições em que a frota pesqueira pode ser modernizada, inclusivamente ao nível da melhoria das condições de trabalho e de segurança a bordo.

Ocorrência de eventos inesperados de elevado impacto, como por exemplo pandemias.

Vulnerabilidade às flutuações das capturas de espécies pelágicas ou migratórias.

Vulnerabilidade dos mananciais com valor comercial à mudança climática gerando grande variabilidade das oportunidades de pesca.

### **Pequena Pesca**

Impacto de eventos meteoceanográficos extremos que limitam a atividade da pesca, em particular à frota local de carácter artesanal.

### **Recolha de Dados**

Riscos sobre a extensão e qualidade dos dados das operações de mar, cuja calendarização depende do ciclo de desenvolvimento biológico das espécies, quando a mesma ocorra em períodos com condições meteoceanográficas desfavoráveis.

### **Controlo de Pescas**

Diferimento dos processos de contratação e aquisição.

### **Ambiente Marinho**

Fragilidade dos ecossistemas marinhos à exploração pesqueira, em particular de profundidade, e possibilidade de ocorrência de surtos de poluição.

### **Regiões Ultraperiféricas**

Custos suplementares nas Regiões Autónomas com o escoamento de produtos para os mercados internacionais.

Vulnerabilidade do setor das pescas, face à maior frequência dos fenómenos meteoceanográficos.

## **2.2. A aquacultura**

### **2.2.1. Condições naturais**

As condições geomorfológicas da costa continental e das ilhas atlânticas e, em particular, as condições de mar nos meses de Inverno, não são das mais vantajosas para a instalação de unidades de aquacultura oceânica.

É uma costa muito exposta, sobretudo a costa ocidental do Continente e a costa norte das ilhas dos Açores e da Madeira, com poucos espaços naturais que possam proteger as estruturas aquícolas em mar aberto.

Apesar desta limitação, a costa algarvia, a costa sul da Madeira, bem como as lagunas, rias, alguns estuários e algumas baías mais abrigadas, preenchem as condições satisfatórias para a prática da aquacultura em mar aberto.

Assim, têm vindo a ser instaladas estruturas produtivas de peixes, de bivalves e de algas.

### 2.2.2. A aquacultura em águas marinhas e salobras

A aquacultura em Portugal caracteriza-se pelo elevado número de estabelecimentos de pequena dimensão, nomeadamente viveiros de bivalves em zonas estuarinas ou de ria, utilizando as infraestruturas de antigas salinas.

Nas zonas entre marés, encontram-se viveiros de bivalves, em regime extensivo. Na orla costeira, encontram-se alguns estabelecimentos a funcionar em regime intensivo, captando água do mar e produzindo, nomeadamente, pregado e linguado.

A instalação de estabelecimentos em mar aberto ao longo da costa algarvia, que reúne condições de mar mais favoráveis, tem vindo a ser incentivada.

Já se encontram alguns estabelecimentos a operar e está prevista a instalação de novos em Áreas de Produção Aquícola (APA), para cultura de peixe, bivalves e algas.

Na **figura 11** encontram-se identificadas as áreas em offshore dos estabelecimentos aquícolas em produção (áreas a vermelho) e as potenciais (área a tracejado azul).

**Figura 11:** Áreas offshore ocupadas e com potencial aquícola



Fonte: PSOEM - Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo.

Por fim, refiram-se os estabelecimentos conexos. São instalações que podem funcionar como depósitos, depuradoras ou zonas de afinação e unidades de acondicionamento de pescado e centros de expedição.

A área afecta à aquacultura em águas de transição tem crescido, fruto da possibilidade de utilização de áreas de produção aquícola em mar aberto, a par da reutilização de áreas em zonas estuarinas e lagunares que já tiveram actividade aquícola. As espécies cultivadas são, maioritariamente, o pregado, a dourada, as ostras, o mexilhão e as macroalgas verdes.

### **Região Autónoma da Madeira**

Na Região Autónoma da Madeira, o sistema de cultura em mar aberto, para a cultura de peixes, surge como o mais indicado para a Região, devido ao limitado espaço em terra e às condições ambientais do mar.

As águas marinhas são oligotróficas e não suportam o crescimento dos bivalves.

### **Região Autónoma dos Açores**

Na Região Autónoma dos Açores, verifica-se interesse no investimento nesta área, face à crescente procura de produtos do mar.

A aquacultura poderá ajudar a dar resposta a esta procura crescente, complementando a actividade da pesca com produtos do mar que sejam típicos das águas açorianas, potenciando e diversificando uma economia sustentável que traga mais riqueza para a Região.

O Governo Regional mapeou as zonas com potencial para instalar unidades de aquacultura na Região.

#### **2.2.3. A aquacultura em águas interiores**

O sector aquícola das águas interiores em Portugal inclui unidades de natureza pública (postos aquícolas estatais) e da esfera privada: pisciculturas industriais e outros empreendimentos aquícolas (PIOEA).

As PIOEA têm como principal objectivo a produção em ciclo completo ou apenas o crescimento e engorda.

A produção da truta<sup>10</sup> está presente em 67% das instalações. Mas também são exploradas outras espécies, como a carpa e o pimpão.

---

<sup>10</sup> Duas pisciculturas industriais (das 28 PIOEA) são responsáveis por mais de 90% do volume de pescado proveniente das águas doces. São elas: a Piscicultura do Rio Lis e a Arouca & Salmon.

Figura 12: Aquacultura continental portuguesa



Fonte: Jornal Expresso, Ed. 14 de Setembro de 2024.

## **Algumas empresas (relevantes) na aquacultura portuguesa**

O sector da aquacultura portuguesa é um sector muito dinâmico, com novas empresas a surgir e a inovar constantemente. Sem pretendermos ser exaustivos, indicamos as mais relevantes:

### **Produção de Peixes**

**Grupo Jerónimo Martins:** a empresa detém a Aquacria, uma das maiores produtoras de robalo e dourada em Portugal, com produção em tanques em terra e no mar.

**Sea8:** Com sede nos Açores, a Sea8 é especializada na produção de pregado em jaulas no mar. É conhecida pela sua produção sustentável e de alta qualidade.

**Pescanova:** Embora conhecida principalmente pela pesca, a Pescanova também tem investimentos em aquacultura, com produção de robalo e dourada no Algarve;

### **Produção de Moluscos**

**Cooperativa de Viveiristas da Ria Formosa:** Esta cooperativa reúne vários produtores de bivalves, como amêijoas, ostras e mexilhões, na Ria Formosa.

**Exporsado:** Localizada em Setúbal, a Exporsado é uma das maiores produtoras de ostras em Portugal, com o foco em ostras de qualidade superior.

**Bivalvia:** Especializada na produção de mexilhão na Ria de Aveiro, a Bivalvia é conhecida pela sua produção sustentável e inovadora.

### **Produção de Algas**

**Algaplus:** Empresa pioneira na produção de algas em Portugal, com foco em macroalgas para alimentação humana e animal, cosmética e agricultura.

**Seaweed Solutions:** Start-up portuguesa que desenvolve tecnologias inovadoras para o cultivo de algas, com o foco na sustentabilidade e na economia circular.

### **Outras Empresas Relevantes**

**Rações Zêzere:** Empresa que produz rações para peixes, contribuindo para o desenvolvimento da aquacultura em Portugal.

**SPAROS:** Start-up que desenvolve soluções nutricionais inovadoras para a aquacultura, com foco na saúde e bem-estar animal.

### 2.2.5. A produção aquícola no contexto nacional

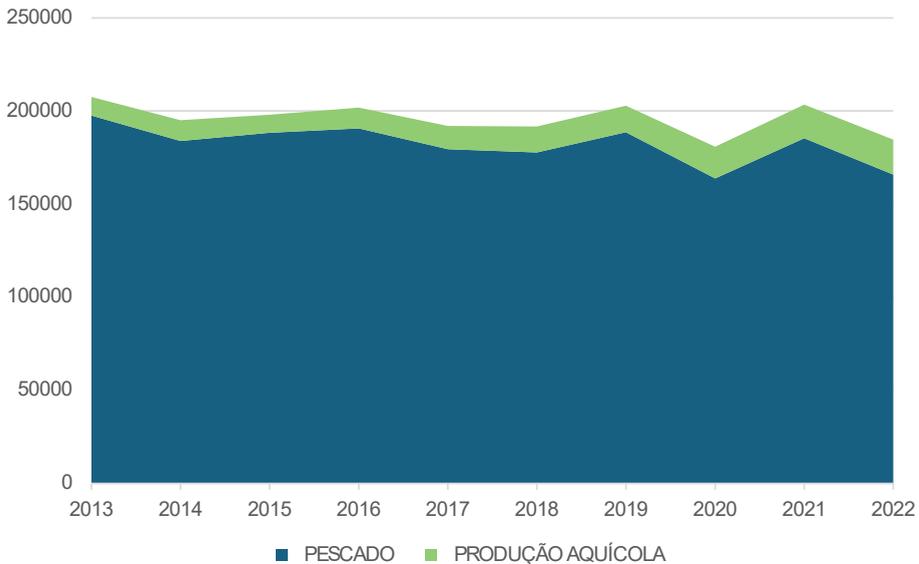
A produção aquícola nacional foi de 18 822 toneladas no ano de 2022 (aumentou 4,7% face a 2021). Significa 11,3% das descargas de pescado (fresco, refrigerado ou congelado).

A aquacultura é um complemento importante das formas tradicionais do pescado. Contudo, em Portugal não se revelou, até agora, uma alternativa ao pescado proveniente da actividade de pesca.

A média das descargas de pescado verificadas nos anos 90, segundo o Plano Estratégico para a Aquacultura Portuguesa 2021-2030 (214,6 mil toneladas anuais), reduziu-se para 165,8 mil toneladas em 2022, diferencial que ainda não foi preenchido pela aquacultura nacional.

A elevada procura de produtos da pesca no espaço nacional, traduz-se num consumo médio de cerca de 59,9kg de pescado por ano. O que equivale a mais do dobro do consumo médio da União Europeia, segundo as Estatísticas da Política Comum das Pescas de 2022 (24kg/habitante/ano);

**Figura 13:** Origem dos produtos da pesca



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

**Quadro 5: Origem dos produtos da pesca**  
**Unidade: Toneladas**

PRODUÇÃO (ton)	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
PESCADO	197583	183861	188354	190594	179437	177685	188537	163837	185417	165801
PRODUÇÃO AQUÍCOLA	246043	241097	234008	230554	224645	220134	233356	239266	258474	253848

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

### 2.2.6. A produção por meios de cultura

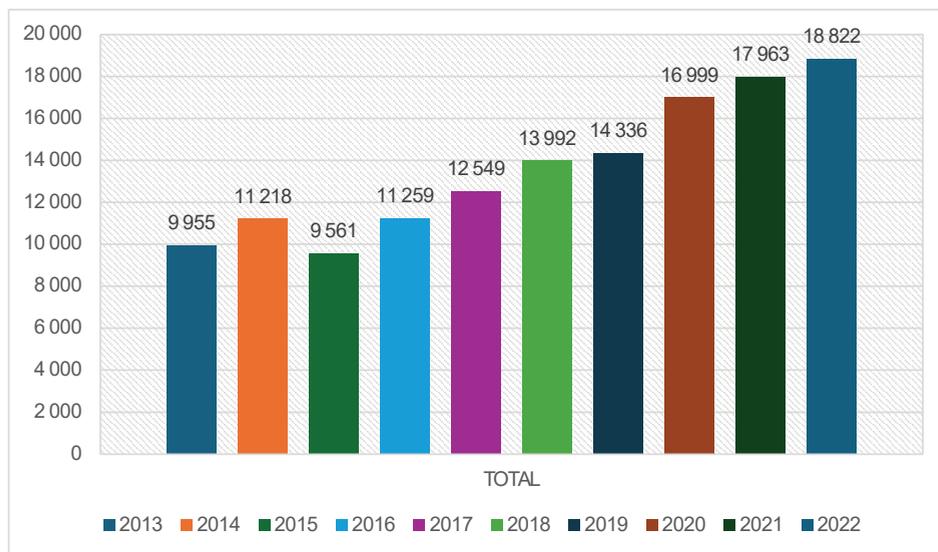
Ao longo dos últimos anos, a produção aquícola nacional aumentou, tendo evoluído de 9 955 toneladas em 2013 para 18 822 toneladas em 2022 (ainda não há valores definitivos para o ano de 2023), representando um valor de 162,8 milhões de euros neste último ano.

As principais espécies produzidas foram: mexilhão, (8 300 toneladas), dourada (4 000 ton.), robalo (3 000 ton.), ostras (1 500 ton.), ameijoja-japonesa (1 100 Ton.);

**Quadro 6: Evolução da produção aquícola por meios de cultura**  
**Unidade: Toneladas**

MEIO DE CULTURA	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
TOTAL	9 955	11 218	9 561	11 259	12 549	13 992	14 336	16 999	17 963	18 822
ÁGUAS DE TRANSIÇÃO E MARINHAS	9 183	10 430	8 671	10 583	11 852	13 295	13 387	16 095	17 095	18 408
ÁGUAS INTERIORES	772	788	890	676	697	697	949	905	868	414

Fonte: Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

**Figura 14:** Evolução da produção aquícola por meios de cultura (total)

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

Entre 2013 e 2022, a produção aquícola em águas interiores sofreu uma redução (passou de 772 para 414).

Tratou-se de uma redução anómala, porquanto entre 2013 e 2021, sempre se verificaram aumentos.

Neste período, a produção cresceu 12,4%, constituída quase exclusivamente por trutas.

A produção em águas de transição e marinhas manteve-se preponderante em 2022, correspondendo a 97,8% do total. Segundo o INE, a produção de peixes em águas de transição e marinhas (96% da qual constituída por pregado, dourada e robalo) representa cerca de 50% da produção total.

A produção de moluscos e crustáceos é inferior à produção de peixes. Como se referiu anteriormente, a produção aquícola nacional de peixe, bivalves e algas, cresceu nos últimos dez anos (2013/2022), 89%. E não cresceu mais rapidamente devido aos riscos que os investimentos enfrentam (para os quais não há seguros) no mar português, mais agitado que o dos fiordes escandinavos ou das baías mediterrânicas e asiáticas, assim como os impactos ambientais e sociais negativos.

### Distribuição Geográfica da Produção

Em termos de distribuição geográfica da produção aquícola em 2022, o Algarve é a região mais representativa.

É nesta Região, especificamente na Ria Formosa, que se encontram instalados a maioria da produção dos bivalves.

A Região Centro apresenta-se em segundo lugar.

### **Regime de Exploração**

A produção de aquacultura em águas interiores é exclusivamente intensiva.

Em águas de transição marinhas, no ano de 2022, cerca de 48% do volume da produção veio do regime extensivo (utilizado sobretudo para a cultura de bivalves), 10% do regime semi-intensivo e 42% do regime intensivo.

### **Emprego**

A aquacultura é um sector económico cujas potencialidades devem ser valorizadas, tanto em termos económicos como sociais.

Contribui de forma positiva para a criação e manutenção de postos de trabalho a nível local ou regional, aproveitando os recursos endógenos.

Em 2022, a actividade aquícola representava cerca de 6 500 postos de trabalho directos, num contexto de 1 290 estabelecimentos, ocupando uma área de 3 278 hectares.

Em matéria de qualificações, constata-se uma forte dicotomia, com a maioria dos trabalhadores a deterem baixas qualificações, nomeadamente nas unidades de pendor familiar (micro-empresas), mas existindo um grupo significativo de trabalhadores com qualificações de nível superior nas pequenas e médias empresas.

#### **2.2.7. A produção aquícola no contexto europeu**

Segundo “*The State of World Fisheries and Aquaculture 2024*” publicado pela FAO, a produção em 2022 atingiu um recorde de 223,2 milhões de toneladas (MT), onde 185,4 MT corresponde à captura/produção de peixe e 37,8 MT à produção de algas.

#### **O mesmo relatório refere ainda dois dados relevantes:**

Em termos de produção de peixe, a aquacultura ultrapassou pela primeira vez a pesca por captura (representando agora 51% do total animal). Perto de 90% da produção total de peixe, que é de 130,9 milhões de toneladas, é feita numa dezena de países, na sua maioria, asiáticos.

38% dos stocks de peixe não estão a ser explorados de forma sustentável. A aquacultura é uma actividade importante em muitos Estados-Membros da União Europeia, produzindo cerca de 1,37 milhões de toneladas em volume e mais de 5 mil milhões de euros em valor<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> Factos e números sobre a Política Comum das Pescas – Dados Estatísticos de base 2022.

Dito de outra forma, no total da produção aquícola mundial, a parte da U.E. é de 1,13% em termos de volume e de 2,29% em termos de valor.

O mexilhão-do-mediterrâneo representa cerca de 36% do volume total cultivado na U.E. O salmão-do-atlântico e a truta-arco-íris significam, em conjunto, outros 30% das principais espécies.

Além destas três espécies, importa referir outras, pela importância que revestem. São elas: o mexilhão-vulgar, a ostra-gigante, a dourada, o robalo, a carpa, a amêijoja-japonesa e o atum-rabilho.

Em termos de aquacultura, importa citar vários Estados-Membros pela importância que transportam. São eles: Espanha (270 MT), França (180 MT), Grécia (140 MT) e Itália (103 MT), encontrando-se Portugal “a meio da tabela” com 18,8 MT produzidas;

#### 2.2.8. A análise swot<sup>12</sup>

##### **Forças**

##### **Aquacultura**

Existência de condições naturais favoráveis ao desenvolvimento de alguns sistemas/tipos de produção de aquacultura.

Existência de planos de ordenamento do espaço marítimo e de aquacultura em águas de transição.

Existência de um sistema nacional robusto que assegura a segurança alimentar dos produtos do mar, nomeadamente dos bivalves, bem como a aplicação rigorosa da regulamentação comunitária.

Disponibilidade de mão-de-obra qualificada, para trabalho operacional.

Domínio da produção de espécies bem-adaptadas às condições naturais.

Existência de conhecimento científico e tecnológico para apoiar o setor no processo produtivo e na inovação do produto.

Menor emissão de gases com efeito estufa face a outros sistemas de produção alimentar.

##### **Regiões Ultraperiféricas**

As forças assinaladas estão igualmente patentes na atividade aquícola nas RUP, ainda que a atividade seja uma realidade mais recente.

<sup>12</sup> Análise SWOT da Aquacultura em Portugal, pág. 45-50 da Decisão de Execução da Comissão de 26/06/2024 que aprova o Programa “Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura – Programa para Portugal – Mar 2030”.

## **Fraquezas**

### **Aquacultura**

Elevado nível de risco da atividade, pela insuficiente cobertura da atividade seguradora, agravada pela descapitalização de muitos operadores.

Tecnologia pouco madura para as condições naturais da costa atlântica no que se refere à aquacultura offshore.

Insuficiência de maternidades para a reprodução de algumas espécies marinhas.

Reduzida integração vertical das empresas.

Reduzida capacidade de autofinanciamento das empresas do setor.

Insuficientes níveis de associativismo e de parcerias com a indústria de transformação.

Insuficiente digitalização da atividade aquícola, ao nível das empresas.

### **Regiões Ultraperiféricas**

As fraquezas assinaladas são agudizadas nas RUP, face aos sobrecustos que os operadores têm de enfrentar e a menor experiência da atividade instalada nestas Regiões.

## **Oportunidades**

### **Aquacultura e transformação**

Existência de um mercado nacional e europeu altamente deficitário em pescado (pesca e aquacultura) e crescente procura por produtos de origem marinha (nomeadamente de algas).

Apetência por produtos certificados por tipo de produção (e.g. biológica ou multitrófica - peixes, bivalves, algas, salicórnia, entre outros) ou por área geográfica (e.g. DOP, DOC, IGT), com aproveitamento do crescimento turístico como veículo de promoção e exportação da produção nacional.

Inserção num espaço económico tecnologicamente desenvolvido e com potencial de inovação e valorização dos recursos humanos.

Possibilidade de combinação da produção aquícola com o sequestro de carbono e remoção de nutrientes inorgânicos, através da diversificação da produção de recursos vegetais marinhos ou moluscicultura.

Potencial para instalação de novas unidades, nomeadamente offshore em áreas pré-definidas nos planos de ordenamento.

Desenvolvimento progressivo de tecnologias de ponta para a área da aquacultura em áreas offshore, ao nível da produção de novas espécies e da otimização da alimentação.

Interesse crescente da indústria na transformação de produtos provenientes da aquacultura.

Potencial da aquacultura para diminuir a importação de pescado (contributo para a segurança alimentar a nível nacional) e para a redução da pressão nos stocks nacionais de pescado selvagem, num mercado interno de elevado potencial.

Possibilidade de inclusão de espécies de elevado valor, de baixos níveis tróficos, em policultivo (e.g. holotúrias, poliquetas, bivalves), rentabilizando sistemas, valorizando recursos e permitindo o aumento de vendas em valor, sem significativa evolução tecnológica, além da redução de custos de manutenção;

Possibilidade do desenvolvimento de novos produtos de origem marinha para várias indústrias (e.g. alimentar, farmacêutica), alargando a cadeia de valor, reduzindo desperdícios, fomentando a inovação e promovendo novos modelos de negócios assentes numa bioeconomia circular.

Melhoria da imagem dos produtos da aquacultura junto do consumidor.

### **Regiões Ultraperiféricas**

O potencial de desenvolvimento regista-se igualmente nas RUP, sendo especialmente relevante no caso da RAAçores com grande tradição na área das conservas.

### **Ameaças**

#### **Aquacultura**

Aumento do custo de alguns fatores de produção, nomeadamente energia e rações com impacto na competitividade internacional.

Conflito de interesses na utilização de áreas com potencial aquícola com outras atividades económicas.

Elevada complexidade dos processos de licenciamento da atividade, incluindo a ampliação de instalações.

Probabilidade de ocorrência de surtos de poluição ou de redução esporádica da qualidade da água.

Forte concorrência internacional.

### **Regiões Ultraperiféricas**

Ameaças análogas às registadas a nível nacional.

Vulnerabilidade do sector da aquacultura, face à maior frequência dos fenómenos meteoceanográficos.

## **2.2.9. O objectivo estratégico para o desenvolvimento sustentável da aquacultura em Portugal**

Atenta a situação actual do sector, os recursos existentes e as conclusões da análise SWOT, foi definida uma estratégia para a aquacultura nacional no Plano Estratégico para a Aquicultura Portuguesa 2021-2030.

A produção aquícola é indispensável, não só para satisfazer uma procura crescente de pescado, como também para compensar a redução das capturas.

Portugal tem condições naturais (mesmo com algumas limitações) para o desenvolvimento desta actividade.

Domina a tecnologia de produção em espécies susceptíveis de virem a ocupar importantes nichos de mercado.

Assim, considera-se prioritário o desenvolvimento do sector aquícola nacional, como forma de satisfazer a procura de pescado, assegurando a manutenção de uma fileira produtiva que induza o aumento da riqueza nacional, promova o emprego e contribua para reduzir a pressão sobre os recursos pesqueiros.

Pretende-se desenvolver uma aquacultura inteligente e ecológica, que seja competitiva, capaz de concorrer a nível mundial e de fornecer aos consumidores europeus, produtos seguros e de elevado valor nutricional.

Foi estabelecido o objectivo estratégico nacional para o período 2021-2030:

*“aumentar e diversificar a oferta de produtos da aquicultura nacional, tendo por base, os princípios de sustentabilidade ambiental, de coesão social, de bem-estar animal, de qualidade e de segurança alimentar”.*

Foi ainda fixado o objectivo quantificado de alcançar uma produção de 25 000 toneladas neste período de programação.

Este objectivo decorre da Estratégia Nacional para o Mar 2021-2030 (o último valor atingido foi de 18 822 toneladas em 2022).

Para este aumento significativo contribuirá a identificação e a disponibilização de áreas com potencial em zonas interditas e de novas áreas de produção aquícola em mar aberto, nomeadamente.

A reabilitação de áreas de produção aquícola em zonas de estuário, rias e outras zonas húmidas, reaproveitando-se estabelecimentos inactivos, nomeadamente antigas salinas.

O melhor aproveitamento da área de produção aquícola da Armona com estabelecimentos já instalados ou em fase de instalação.

O melhor aproveitamento das áreas de produção aquícola de Monte Gordo e do Centro (ao largo de Vagos).

Pretende-se apostar em novas culturas, nomeadamente:

- De mexilhões e ostras;
- De macro-algas e micro-algas;
- De multitróficas;

Para além do indiscutível potencial resultante da maior procura por alimentos saudáveis e da necessidade de ser reduzida a pressão exercida sobre os stocks de pescado selvagem, a aquacultura apresenta grande potencial para a redução da pegada de carbono, na medida em que a sua emissão de gases com

efeito estufa é mais reduzida que outros sistemas de produção alimentar animal, além de que as algas captam CO<sub>2</sub> que processam e transformam em biomassa, contribuindo assim a sua produção em larga escala para o objectivo de descarbonização, podendo mesmo ser o seu cultivo combinado com outras actividades, emissoras de CO<sub>2</sub>, numa lógica de economia circular.

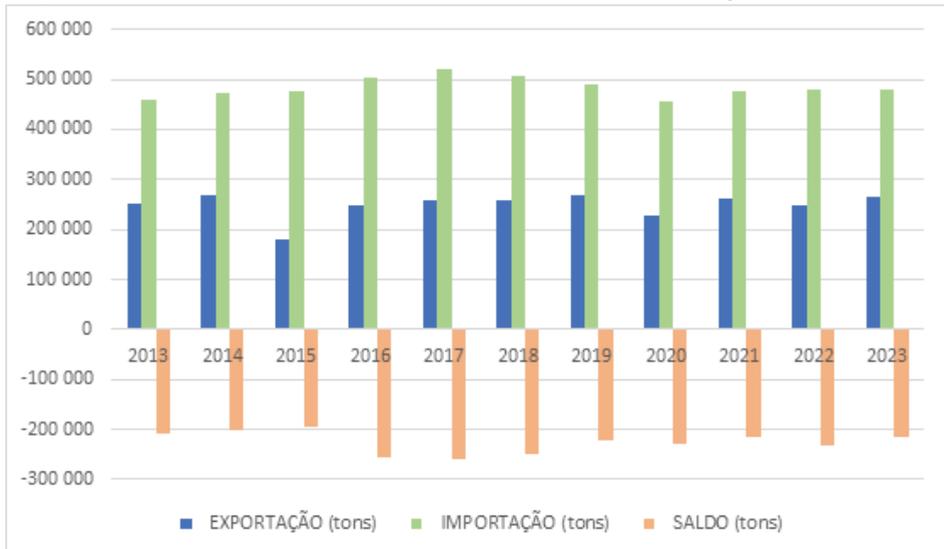
Por fim, relativamente às oportunidades de desenvolvimento de novos produtos de origem marinha para várias indústrias (alimentar, farmacêutica, a produção de micro-algas representa um enorme potencial, não apenas para fins alimentares, ao nível de suplementos, mas também para utilização farmacêutica e na área da cosmética).

### Comércio externo de produtos da pesca

Portugal sofre de um défice estrutural no comércio externo de produtos da pesca, porque a produção não satisfaz a procura.

Este desequilíbrio é resultante da grande procura e da diminuição das capturas.

**Figura 15:** Comércio externo de produtos da pesca em Portugal (em toneladas)



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

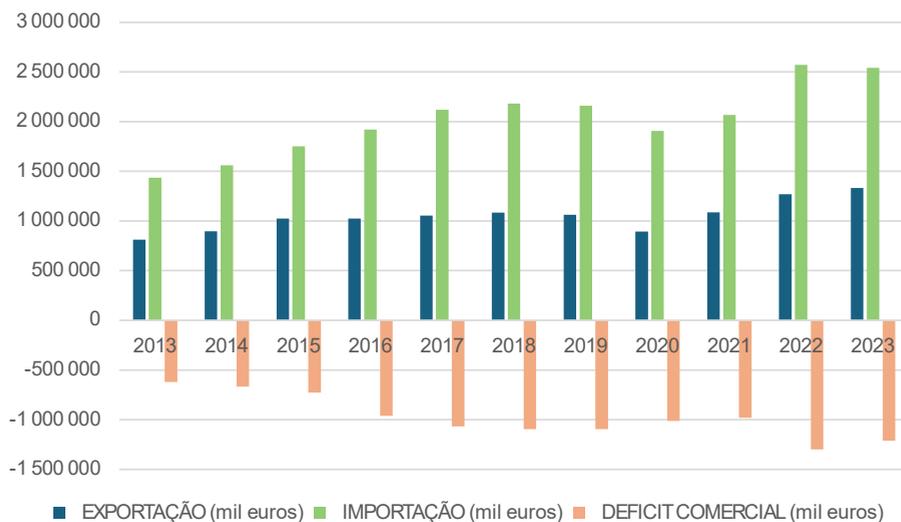
Segundo as estatísticas nacionais da pesca, em 2023 (em volume), a produção total foi de 171,2 mil toneladas, valor que inclui as capturas realizadas em águas nacionais e águas externas.

Já as importações portuguesas de produtos de pesca, nesse mesmo ano, ascendem a cerca de 500 mil toneladas (ou para sermos exactos, 479 789 toneladas). Por outras palavras, as importações representam 2,8 vezes as capturas nacionais.

Se fizermos a análise ao período 2013-2023, encontramos as importações a representarem 2,6 vezes o pescado capturado.

As importações de produtos da pesca provêm de países como a Espanha, Noruega, Suécia, Países Baixos, Chile, África do Sul e Rússia.

**Figura 16:** Comércio externo de produtos da pesca em Portugal (em mil euros)



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

O défice no comércio externo de produtos de pesca tem vindo a agravar-se progressivamente, devido à diminuição da produção interna, corolário da redução das exportações e do aumento das importações.

O défice da balança comercial em produtos da pesca em 2023, foi de 1 211 223 mil euros.

No período 2013-2023, o défice apurado a partir do ano de 2017 é sempre superior a mil milhões de euros.

Se somarmos as importações e o pescado descarregado no período em análise (em valor), constata-se que o dinheiro gasto com as importações foi, em média, cinco vezes superior ao produzido pela pesca (no ano de 2023, a relação degradou-se mais).

O dinheiro gasto com as importações em 2023 é quase seis vezes superior ao valor da pesca descarregada nesse ano.

Como dissemos atrás, as importações portuguesas de produtos do mar já ascendem quase a cerca de 500 000 toneladas.

O pescado fresco, refrigerado ou congelado representa quase metade do valor das importações, o peixe fumado, seco ou salgado (essencialmente bacalhau) um quarto desse valor, e os crustáceos e moluscos quase outro quarto, desempenhando as conservas um papel menor.

### Emprego

A pesca gera um pouco mais de 14 000 empregos<sup>13</sup>, que representa cerca de 0,3% do emprego total.

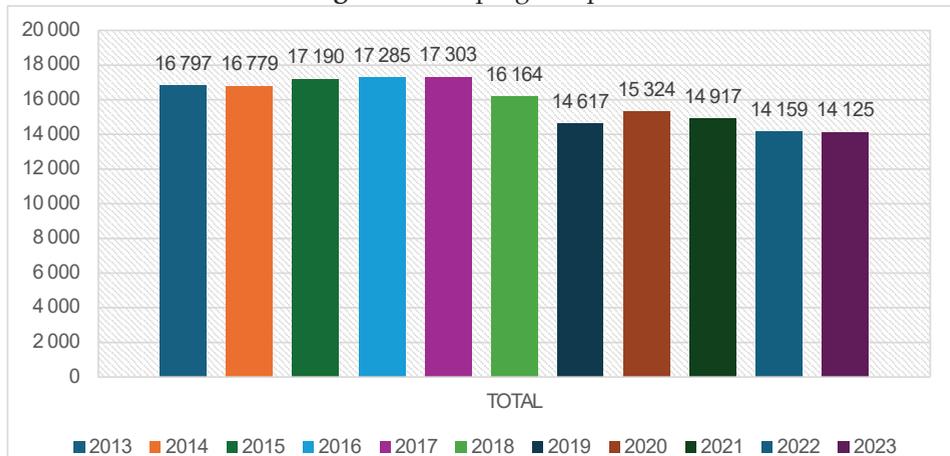
De acordo com as Estatísticas da Pesca, publicadas pelo INE em colaboração com a DGRM – Direcção Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Recursos Marítimos, em 2023 estavam registados 14 125 pescadores, menos 2 672 (16%) face a 2013.

Da sua distribuição por segmento de frota, 66% estavam inscritos na pesca polivalente, seguida dos segmentos do cerco (13%), da pesca em águas interiores (11%) e, por último, do arrasto (10%).

A sua distribuição regional, no Continente, concentra-se na Região Norte com 30% do total, 12% na Região Autónoma dos Açores e 5% na Região Autónoma da Madeira.

A estrutura etária dos pescadores matriculados, revela um predomínio do grupo “34 a 54 anos” (57% do total), sendo que a restante população se distribui de forma relativamente uniforme pelos patamares etários dos “16 a 34 anos” (22%) e de “55 ou mais anos” (21%).

**Figura 17:** Emprego na pesca



**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

<sup>13</sup> Os dados reportam-se a pescadores matriculados.

No conjunto do sector da pesca, o emprego tem registado uma redução significativa (embora no sector da indústria da transformação, essa redução tenha sido muito menor e no sector da aquacultura se tenha registado mesmo, um ligeiro aumento).

A estrutura da frota, a demografia do emprego, a situação dos recursos ha-liêuticos, a evolução dos preços no sector das pescas permite prever que o emprego no sector das pescas vai continuar a diminuir.

A estrutura do emprego é característica de uma frota em que predominam os navios de pequena dimensão essencialmente dedicados à pesca costeira artesanal. A pesca costeira artesanal assegura a maior parte dos empregos. O trabalho a tempo parcial é dominante.

Cerca de metade dos empregos correspondem aos proprietários das embarcações. A idade média dos trabalhadores do sector das pescas é superior a 40 anos.

Neste sector, os rendimentos médios são muito inferiores aos da média nacional, sobretudo os da pesca propriamente dita (os rendimentos da indústria da transformação ou da aquacultura estão mais próximos dessa média).

Há poucos incentivos susceptíveis de motivar os jovens a trabalhar no sector das pescas, quando há empregos alternativos disponíveis. Há, assim, um problema novo.

Aborde-se agora a questão da dependência das regiões e das comunidades locais em relação à pesca. A dependência do emprego em relação ao sector das pescas é mais acentuada no Algarve e nos Açores.

No Algarve, a indústria de transformação e da aquacultura asseguram um número de postos de trabalho comparável ao da actividade piscatória (nas restantes regiões, a actividade da pesca é proporcionalmente maioritária).

**Quadro 7:** Evolução do número de pescadores vs. n.º formandos

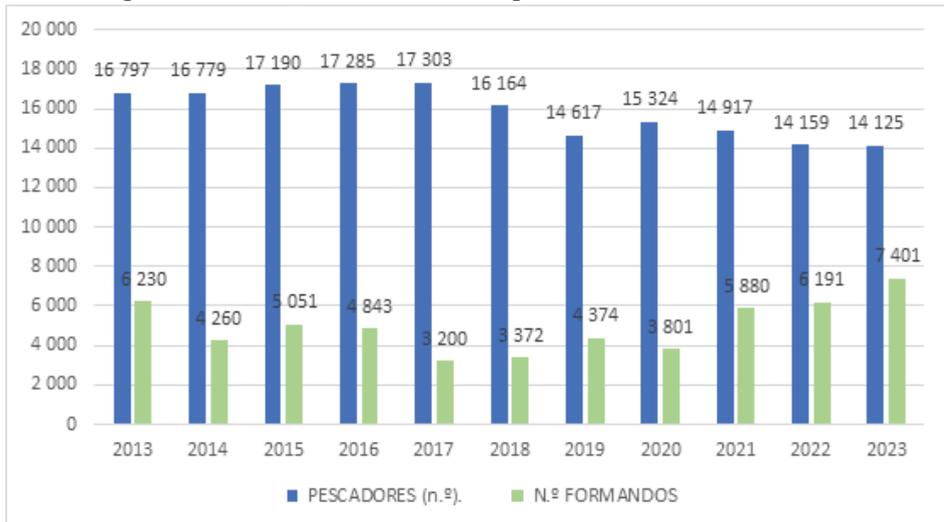
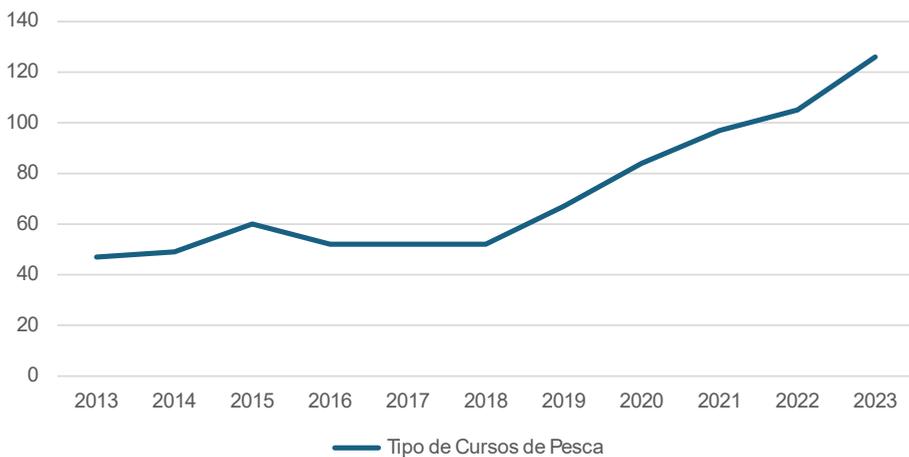
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>PESCADORES (n.º).</b>	16 797	16 779	17 190	17 285	17 303	16 164	14 617	15 324	14 917	14 159	14 125
N.º Formandos	6 230	4 260	5 051	4 843	3 200	3 372	4 374	3 801	5 880	6 191	7 401

Fonte: INE / DGRM

**Quadro 8:** Tipos de cursos de pesca

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Tipo de Cursos de Pesca	47	49	60	52	52	52	67	84	97	105	126

Fonte: INE / DGRM

**Figura 18:** Evolução do número de pescadores vs. n.º formandos**Figura 19:** Evolução do número de pescadores vs. n.º formandos (Tipos de cursos de pesca)

**Fonte:** Elaboração própria a partir de dados do INE e da DGRM.

### O futuro da pesca: declínio inevitável ou sinais de esperança?

A frota de pesca portuguesa retira do mar menos de metade do que pescava nos anos 60, quando as capturas eram 350 mil toneladas e a sardinha representava 60% das pescas, sem controlo dos stocks existentes.

Com a política comum das pescas, a pesca deixou de ser um acto de captura, sem qualquer limite. Passou a ser uma actividade condicionada por princípios de regulação do equilíbrio bioeconómico. Passou a ter normas de gestão restritas dos direitos de acesso.

Mas há, também, sinais de esperança!

Desde logo, porque Portugal dispõe de um novo quadro de apoio financeiro, o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos, das Pescas e da Aquicultura – Programa para Portugal – Mar 2030 (FEAMPA) e o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

Mas também não se podem cometer os mesmos erros que aconteceram na execução do anterior quadro comunitário que terminou em 2020 *“Evidenciou uma taxa de execução tão baixa do FEAMPA (26 milhões de euros em 477 milhões, dados em 2017) e uma boa parte do investimento foi aplicado em cessações temporárias de actividade, assistência técnica e planos de compensação destinados à Madeira e aos Açores”*<sup>14</sup>.

De facto, há possibilidades limitadas de exploração dos recursos marítimos. Mas tem de existir uma verdadeira política de investimento para o sector produtivo da pesca!! A Subdirectora-Geral da DGRM, Isabel Ventura, vem afirmá-lo na Revista de Marinha (Março e Abril 2022), ao escrever *“temos de aproveitar esta oportunidade para construir um futuro melhor para a pesca portuguesa, baseado no conhecimento na inovação, mas também na participação e responsabilização dos profissionais”*.

E no mesmo artigo acrescenta que *“devemos compatibilizar estes objectivos com as prioridades do Pacto Ecológico Europeu no domínio ambiental e energético, aproveitando todas as sinergias dos Fundos Europeus disponíveis e a vontade própria de mudar o actual paradigma, pois a pesca tem futuro”*.

Mas para a pesca ter futuro, é preciso começar-se por investir nas embarcações.

Os barcos de pesca devem ser dotados de tecnologias inovadoras, seja ao nível do casco ou dos equipamentos tecnológicos onde se incluem os motores (promovem a eficiência energética e a descarbonização desejada).

Para que tal aconteça, é preciso que todos percebam que alguns investimentos feitos na modernização da frota, não significam aumentar a capacidade, nem o esforço de pesca.

O que se pretende, é passar a dispôr de embarcações com condições de habitabilidade e segurança a bordo, capazes de atrair jovens para a pesca e serem rentáveis.

Têm-se agravado as dificuldades de recrutamento de mão-de-bora para os grupos profissionais ligados à captura e à navegação.

Devido aos baixos salários que se praticam, muitos profissionais da pesca certificados pelo FOR-MAR têm saído para outros destinos.

A análise SWOT realçou, também, o tema da qualificação dos profissionais. Analisando as Estatísticas da Pesca (INE, DGRM), nos anos 2021, 2022 e 2023,

---

<sup>14</sup> Garrido, A.: “As Pescas em Portugal”, Fundação Francisco Manuel dos Santos.

foram realizados 97, 105, 126 cursos de formação em pesca, respectivamente. Por formandos e de acordo com os anos referidos, os números são os seguintes: 5 880, 6 191 e 7 401.

Os valores encontrados são muito interessantes, quer em número de formandos, quer em número de acções de formação. Mas, a avaliação destes cursos já não é tão vibrante.

Um grande número de formandos acaba empregado em terra e não no mar, nem nas pescas.

Os salários em terra são mais atractivos, porque são mais elevados do que as retribuições auferidas em terra.

O estatuto social dos trabalhadores do mar é mais baixo do que aquele que decorre de se trabalhar em terra.

Há aqui uma perda relativa do investimento em formação nos potenciais trabalhadores da pesca e do mar.

A situação só será corrigida quando houver revalorização salarial e melhoria das condições de exercício da actividade da pesca, mitigando os riscos e tornando-a mais rentável e apetecida para os seus profissionais.

Para se conseguir atrair os jovens, a par da remuneração, é preciso desenhar iniciativas específicas. Se nada for feito, não acontecerá a necessária renovação da população activa do sector.<sup>15</sup>

Por último, refira-se que a pesca beneficia de dois fundos: o FSE e o FEAMP-PA. Estes fundos devem manter a sua especialização, prosseguindo uma lógica de intervenção em complementaridade.

O FSE deve manter o financiamento da formação e da capacitação.

O FEAMP-PA poderá enquadrar a formação a bordo das embarcações da pesca, de novos marítimos, contribuindo para a renovação e o rejuvenescimento da população activa no sector da pesca.

Nas pescas portuguesas há que encontrar exemplos de espécies pouco valorizadas do ponto de vista comercial e procurar apoios à investigação de novos produtos para estimular a cadeia de valor.

Como já referimos, as embarcações nacionais descarregam em lota 360 espécies de pescado. Mas oito espécies (sardinha, carapau, cavala, pescada, polvo, faneca, verdinho e sarda) representam 73% desses desembarques.

### **Há três linhas de acção que podem ser desenvolvidas:**

#### **Diversificar o consumo de pescado e valorizar os recursos**

Utilizando as espécies que são habitualmente rejeitadas pelo seu baixo valor comercial, uma vez que são pouco procuradas, ou mesmo desconhecidas, pelo consumidor.

---

<sup>15</sup> A pequena pesca costeira só acontece porque uma parte da tripulação é estrangeira, em particular, pescadores indonésios.

Mudando a percepção dos consumidores e os seus hábitos de consumo;  
Reduzindo o desperdício por parte da indústria (constitui mais de 40% de perdas alimentares nos países industrializados).

### **Desenvolver os produtos marinhos de valor acrescentado**

O desenvolvimento de produtos marinhos inovadores (ceviches, patés, salgados...) a partir de espécies subvalorizadas tem um impacto sócio-económico positivo (reduz as rejeições e aumenta o valor comercial das espécies sub-exploradas).

### **Sub-produtos como recursos**

Estima-se que a perda e o desperdício de alimentos corresponda a um terço dos alimentos globais.

A indústria de transformação de produtos do mar gera grandes quantidades de sub-produtos (cabeças, vísceras, pele, caudas, barbatanas, escamas) que podem representar 70% do peixe.

Estes sub-produtos são ricos em compostos valiosos e micro-nutrientes de baixo custo que podem ser utilizados em várias indústrias (fertilizantes, produtos farmacêuticos).

Para satisfazer o consumo nacional e inverter o défice da auto-sustentabilidade, é preciso diversificar o que comemos, defendem os especialistas.

A cavala, há uns anos atrás foi alvo de uma forte campanha de diversificação de consumo. No ano de 2023 foi a espécie capturada em maiores quantidades. Tal resulta do aumento do consumo no prato, mas também por ser a mais procurada para farinhas e isco.

As grandes superfícies são responsáveis por mais de dois terços das vendas de produtos da pesca no comércio de retalho.

Se houver um acordo entre o Governo, os grupos económicos detentores das grandes superfícies, as associações de armadores e os principais sindicatos da pesca, baseados numa estratégia ganhar-ganhar, há condições para mudar o perfil de consumo nacional dos produtos da pesca.

Naturalmente que campanhas de marketing ajudarão a mudar o actual paradigma.

Quadro 9:

	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
<b>1.PRODUÇÃO (tons)</b>											
<b>PESCADO</b>	<b>197 583</b>	<b>183 861</b>	<b>188 354</b>	<b>190 594</b>	<b>179 437</b>	<b>177 685</b>	<b>188 537</b>	<b>163 837</b>	<b>185 417</b>	<b>165 801</b>	<b>171 235</b>
Águas Nacionais	158 464	136 751	147 190	136 043	128 780	136 441	144 696	117 795	147 018	127 356	138 322
Águas Externas (sem Sociedades Mistas)	39 119	47 110	41 164	54 551	50 658	41 244	43 841	46 042	38 399	38 445	32 913
<b>AQUACULTURA (tons)</b>	<b>9 955</b>	<b>11 218</b>	<b>9 561</b>	<b>11 259</b>	<b>12 549</b>	<b>13 992</b>	<b>14 336</b>	<b>16 999</b>	<b>17 963</b>	<b>18 822</b>	<b>N/A</b>
Águas Salgadas e Salobras	9 183	10 430	8 671	10 583	11 852	13 295	13 387	16 095	17 095	18 408	N/A
Águas Doces	772	788	890	676	697	397	949	905	868	414	N/A
<b>INDÚSTRIA TRANSFORMADORA (tons) (1)</b>	<b>246 043</b>	<b>241 097</b>	<b>234 008</b>	<b>230 554</b>	<b>224 645</b>	<b>220 134</b>	<b>233 356</b>	<b>239 266</b>	<b>258 474</b>	<b>253 848</b>	<b>N/A</b>
Conservas, Semi-Conservas, Salmoura	48 340	46 477	44 707	51 651	58 500	48 006	49 451	60 565	56 189	56 624	N/A
Congelados	128 697	125 973	130 075	118 349	109 899	116 076	119 317	117 458	131 933	125 603	N/A
Secos e Salgados	69 006	68 647	59 227	60 554	56 246	56 052	64 588	61 244	70 352	71 621	N/A
<b>2. ESTRUTURAS</b>											
<b>FROTA (situação em 31 de Dezembro)</b>											
N.º Embarcações registadas	8 232	8 177	8 054	7 980	7 922	7 855	7 768	7 718	7 655	7 616	6 859
Gross Tonnag (GT)	99 917	98 770	94 862	93 609	87 752	84 436	87 290	86 457	86 479	86 319	84 901
Potência Motriz (KW)	366 279	363 422	357 954	355 062	345 665	341 230	245 420	345 249	346 125	347 563	343 116
<b>PESCADORES (n.º). (2)</b>	<b>16 797</b>	<b>16 779</b>	<b>17 190</b>	<b>17 285</b>	<b>17 303</b>	<b>16 164</b>	<b>14 617</b>	<b>15 324</b>	<b>14 917</b>	<b>14 159</b>	<b>14 125</b>
<b>FORMAÇÃO PROFISSIONAL (3)</b>											
N.º Formandos	6 230	4 260	5 051	4 843	3 200	3 372	4 374	3 801	5 880	6 191	7 401
Tipo de Cursos de Pesca	47	49	60	52	52	52	67	84	97	105	126
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>	<b>2022</b>	<b>2023</b>
<b>ESTABELECIMENTOS DE AQUACULTURA</b>	<b>1 522</b>	<b>1 521</b>	<b>1 504</b>	<b>1 517</b>	<b>1 532</b>	<b>1 515</b>	<b>1 265</b>	<b>1 272</b>	<b>1 252</b>	<b>1 290</b>	<b>N/A</b>
Área (ha)	4 713	4 790	4 928	4 881	5 060	4 935	4 861	2 517	3 007	3 278	N/A
<b>3. BALANÇA COMERCIAL DOS PRODUTOS DE PESCA</b>											
EXPORTAÇÃO (tons)	251 772	269 086	179 378	247 310	259 373	258 778	267 836	226 181	260 619	249 165	264 408
IMPORTAÇÃO (tons)	459 991	471 993	475 305	502 692	519 465	508 440	489 127	454 725	475 346	481 248	479 789
<b>SALDO (tons)</b>	<b>-208 219</b>	<b>-202 907</b>	<b>-195 927</b>	<b>-255 381</b>	<b>-260 092</b>	<b>-249 663</b>	<b>-221 291</b>	<b>-228 544</b>	<b>-214 727</b>	<b>-232 083</b>	<b>-215 381</b>
EXPORTAÇÃO (mil euros)	813 114	895 194	1 023 976	956 999	1 053 291	1 085 395	1 063 503	892 637	1 088 263	1 270 739	1 331 245
IMPORTAÇÃO (mil euros)	1 434 823	1 562 147	1 751 227	1 919 893	2 119 909	2 181 005	2 159 074	1 906 861	2 068 517	2 571 205	2 542 467
<b>DEFICIT COMERCIAL (mil euros)</b>	<b>621 709</b>	<b>666 953</b>	<b>727 251</b>	<b>962 894</b>	<b>1 066 618</b>	<b>1 095 610</b>	<b>1 095 571</b>	<b>1 014 224</b>	<b>980 254</b>	<b>1 300 465</b>	<b>1 211 223</b>
<b>4. PREÇOS</b>											
PREÇO MÉDIO PESCADO - Continente (euro/kg)	1,58	1,91	1,65	1,93	2,03	2,05	1,88	2,13	2,17	2,48	2,27
VAR. ANUAL I.P.C. DO PESCADO (%)	-3,3	2,0	4,6	0,8	2,0	2,1	-0,1	1,6	-0,4	10,9	10,0
VAR. ANUAL I.P.C. (exc. Habit. %)	0,2	-0,4	0,5	0,6	1,4	0,9	0,3	-0,2	1,3	8,0	4,3
<b>5. VALOR DA PESCA DESCARREGADA (milhões de euros) (4)</b>	<b>336</b>	<b>371</b>	<b>341</b>	<b>398</b>	<b>400</b>	<b>391</b>	<b>392</b>	<b>377</b>	<b>423</b>	<b>439</b>	<b>425</b>

(\*) Dados Preliminares

Fonte: DGRM, INE, FOR-MAR, ICNF.

Fonte INE (Inquérito Anual à Produção Agro-Industrial); (2) Os dados reportam-se a pescadores matriculados; (3) Cursos ministrados pelo FOR-MAR; (4) Estimativa da descarga de pescado fresco/refrigerado e transformado em portos nacionais.



## **Notas finais**

Os Portugueses destacam-se como o povo europeu que mais consome peixe, per capita, e ocupam o terceiro lugar a nível mundial, atrás da Islândia e da Noruega.

O Mar e as Pescas constituem um pilar da identidade histórica e cultural de Portugal, fruto de uma longa tradição pesqueira e de indústrias transformadoras associadas.

Apesar da relevância deste sector, enfrentamos desafios estruturais e conjunturais que exigem uma abordagem estratégica e integrada para garantir a sustentabilidade e competitividade do sector.

## **Desafios e Oportunidades**

### **No Plano Político**

Maximizar os benefícios da Política Comum das Pescas, com vista à modernização e inovação do sector.

Reavaliar as quotas de captura permitidas, garantindo uma gestão sustentável e justa dos recursos.

Potenciar o crescimento da aquacultura como sector complementar, apostando em projectos inovadores e sustentáveis.

### **No Plano Económico**

Explorar de forma eficiente o potencial da Zona Económica Exclusiva portuguesa, contribuindo para a redução do défice estrutural no comércio externo de produtos da pesca.

Investir em tecnologia e otimizar a gestão dos recursos haliêuticos, assegurando maior produtividade e redução do desperdício.

### **No Plano Social**

Promover a formação e qualificação de uma nova geração de pescadores, com competências técnicas e tecnológicas, elevando os padrões salariais e a atratividade da profissão.

Diversificar os hábitos alimentares dos portugueses, promovendo o consumo de espécies menos valorizadas comercialmente, alargando o espectro de espécies consumidas.

## **Considerações Finais**

Portugal enfrenta uma redução contínua das capturas e um défice estrutural na produção versus consumo de pescado. Este contexto exige uma visão estratégica para transformar os desafios em oportunidades.

A aposta no desenvolvimento sustentável do sector das pescas, aliada a um reforço da cooperação internacional e ao estímulo à inovação tecnológica, será essencial para preservar este sector vital e honrar o legado marítimo de Portugal.

A valorização do mar, enquanto recurso estratégico, pode reforçar a soberania económica e cultural do país, assegurando um futuro mais equilibrado e sustentável para as gerações vindouras.

### Referências bibliográficas

- Leal, Manuel Cardoso; *“As Pescas Portuguesas face à Integração Europeia”*; Banco de Fomento Nacional, 1984.
- Moniz A. Brandão; Godinho, M. Mira; Kovács, Llona (orgs.); *“Pescas e Pescadores – Futuros para o Emprego e os Recursos”*, Oeiras; Celta Editora, 2000.
- Lopes, Êrnani (Coord.), *“O Hypercluster da Economia do Mar: um Domínio Estratégico para o Desenvolvimento da Economia Portuguesa”*, 2009.
- Matias, Nuno Vieira et al; *“Políticas Públicas do Mar”*, Lisboa; Esfera do Caos, 2010.
- Cunha, Tiago Pitta e; *“Portugal e o Mar”*, Lisboa; Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2011.
- Garrido, Álvaro; *“As Pescas em Portugal”*, Lisboa, Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2018.
- Plano Estratégico da Pequena Pesca. 2022-2030.
- Plano Estratégico da Aquicultura, 2021-2030.
- Programa Operacional FEAMPA, 2021-2027.
- Programa *“Fundo Europeu dos Assuntos Marinhos, das Pescas e da Aquicultura – Programa para Portugal – Mar 2030”*.  
*Jornal Expresso*; 14 de Setembro de 2024.
- Leitão, F.; Pinto, M.; Albo-Puigserver, M.; Teodósio, A.; 2023: *“Vulnerabilidade da Pesca em Portugal ao Impacto das Mudanças Climáticas”*, Centro de Ciências do Mar, Universidade do Algarve, Faro.